

## **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**

Cynthia A. Sarti

(Universidade Federal de São Paulo, Brasil)

Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998.

**XXI Congresso Internacional da LASA**  
Chicago, 24-26 de setembro de 1998

Trabalho a ser apresentado na Sessão:  
“Resistência e transformação durante a ditadura militar no Brasil”.

**O início do feminismo sob a ditadura  
no Brasil: o que ficou escondido**

\*

RESUMO

A apresentação buscará reavaliar a experiência feminista brasileira, que se inicia nos anos 70, sob a ditadura militar, depois da derrota da luta armada, à luz de uma história de três décadas de atuação e muitas análises sobre este fenômeno. Pretende focalizar a particularidade desta experiência, cujos limites foram atribuídos sobretudo ao contexto de repressão política, borrando as limitações históricas intrínsecas a este movimento e que põem em questão sua autonomia.

Cynthia A. Sarti

Rua Alagoas, 162 ap. 71  
01242-001 São Paulo - SP  
Brasil  
telefone/fax: 55 (11) 258-3520  
e-mail: csarti@uol.com.br

---

\* Professora na Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina (UNIFESP/EPM), Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

## A resistência clandestina à ditadura

A memória dos “anos de chumbo” que antecederam o surgimento do feminismo no Brasil, com os depoimentos de mulheres militantes e vítimas da repressão militar, permite qualificar o início do feminismo sob a ditadura, nomeando o que naquele início eram mal-estares sem nome, na ainda feliz expressão de Betty Friedan.

Embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos 70 - como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero -, o feminismo no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, depois da derrota da luta armada e no sentido da elaboração política e pessoal desta derrota.

A presença das mulheres na luta armada<sup>1</sup> implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, “comportando-se como homens”, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, o que, como apontou Garcia (1997), “transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente.” (p. 338)

Os depoimentos a que posteriormente se teve acesso mostraram o quanto, de fato, a igualdade entre homens e mulheres era apenas retórica, fazendo a questão de gênero eclodir em suas contradições com o projeto de emancipação militante. O livro pioneiro de Costa et al. (1980), tornando acessíveis os primeiros depoimentos das militantes, evidencia as impressões e reflexões posteriores das mulheres que haviam passado por esta experiência política, marcada pela diferença de gênero que, a partir daí, pode ser nomeada.<sup>2</sup> Momento de desencanto, como aponta Garcia

---

<sup>1</sup> A significância desta presença foi apontada no artigo de Ridenti (1990), ainda que, como assinala o autor, a liberação específica da condição feminina não se colocasse explicitamente naquele momento.

<sup>2</sup> Mais recentemente, no Seminário “A revolução possível: homenagem às vítimas do regime militar” organizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, em abril de 1996, primeira vez em que o espaço acadêmico se abre para um evento com esta conotação política, uma mesa-redonda sobre ‘A participação das mulheres na resistência à ditadura militar e a questão de gênero’ revelou depoimentos contundentes em mostrar,

(1997), cujo significado será elaborado no exílio, em contato com o feminismo, principalmente europeu, e com a psicanálise. A discussão ontológica do ser mulher, inspirada pelas feministas marxistas (Alexandra Kollontai) e por Simone de Beauvoir, tornou-se imprescindível e inevitável para a elaboração do que havia sido vivido.<sup>3</sup>

A divulgação e as análises das memórias deste tempo, a partir do relato de experiências a que tivemos acesso nestes anos 90, através de publicações de jornalistas (Patarra, 1992 e Carvalho, 1998), estudos acadêmicos (Ferreira, 1996 e Colling, 1997<sup>4</sup>), filmes<sup>5</sup> e eventos<sup>6</sup> permitem reavaliar o significado da experiência feminista brasileira, que se inicia em meados dos anos 70, à luz da elaboração de três décadas de atuação e reflexão feministas no Brasil. A tentativa neste texto será a de olhar o passado como um outro, a partir do qual se fala de si como sujeito histórico e social.

## **Aparecendo na cena política: um pouco da história dos anos 70**

Ao saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura aliaram-se as mudanças por que vinha passando o país sob regime autoritário, ainda que já no processo chamado de “distensão lenta e gradual” dos últimos governos militares. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava, gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Este processo de modernização, acompanhado da efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso à métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, impactou o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações

---

ainda, as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina. O texto de Oliveira (1996), apresentado em reunião acadêmica sob a forma de relato de experiência, revela, assim como seu depoimento no referido seminário, este aspecto.

<sup>3</sup> O trabalho de Moraes (1996) analisa as correntes teóricas que inspiraram as feministas marxistas, na análise da opressão feminina como produto histórico e, posteriormente, na formulação do lugar feminino a partir da psicanálise.

<sup>4</sup> Ambos trabalhos acadêmicos foram analisados por Garcia (1997).

<sup>5</sup> Como “Que bom te ver viva” da cineasta Lúcia Murat, ex-militante.

<sup>6</sup> Como o Seminário já mencionado, feito na UNICAMP, evento onde explicitamente se discutiu a questão de gênero.

familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar.

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, o *Movimento Feminino pela Anistia*, citando apenas os de São Paulo.

A ampla bibliografia sobre o assunto já apontou as especificidades do feminismo brasileiro, nascido neste contexto.<sup>7</sup> Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava de movimento de mulheres, pela sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento interclasses (Schmink, 1981).

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário.

Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública.

A atuação da Igreja, no que se refere à perspectiva feminista, sempre teve limites claros, prevalecendo a rigidez de princípios morais, ainda que a atuação cotidiana nas comunidades de base pudessem comportar alguma flexibilidade. As análises de Álvarez (1990) e de Moraes (1985 e 1990) coincidem no argumento de

---

<sup>7</sup> Ver Álvarez (1990) Costa (1988) Goldberg (1982a e b) e Moraes (1985 e 1990). A análise histórica aqui resumida baseia-se nesta bibliografia e em meu artigo anterior, em que tratei da particularidade do feminismo brasileiro (Sarti, 1989).

que a hegemonia da Igreja nos grupos populares circunscreveu o conteúdo ideológico da luta das mulheres pobres, promovendo a participação das mulheres nas vida comunitária, mas reforçando seus papéis familiares tradicionais.<sup>8</sup>

Outro traço que marca a trajetória particular do feminismo no Brasil, pelo menos quando comparado ao dos países europeus, diz respeito ao próprio caráter dos movimentos sociais no Brasil em sua relação com o Estado. Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social.

Organizados em torno de reivindicações de infra-estrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfalto e bens de consumo coletivos), esses movimentos tem como parâmetro o mundo da reprodução - a família e suas condições de vida - que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher. Sendo o referencial de sua existência, foi o que as moveu politicamente. Os grupos feministas, tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformar a sociedade como um todo, atuaram articulados a estas demandas femininas, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras.

O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo *versus* feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio.

As questões propriamente feministas, as que se referiam às relações de gênero, ganham espaço quando se consolida o processo de “abertura” política no país em fins dos anos 70. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre gênero. Os conflitos e

---

<sup>8</sup> A atuação permanente de mulheres católicas, dentro da própria Igreja, favoreceu uma luta interna que redundou, por exemplo, no que hoje é conhecido como o Movimento das Católicas pelo Direito de Decidir, a favor do aborto.

desacordos com a Igreja Católica, tanto quanto com alguns setores da esquerda, conservadores no que se refere à moral sexual, foram se expressando mais abertamente.

A unidade do movimento de mulheres no Brasil, sem a explicitação da marcante diversidade que o caracterizou, permaneceu até início dos anos 80, quando a luta oposicionista ainda era um elemento aglutinador. As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas, sem que esta distinção tivesse sido nomeada. O feminismo, como ideologia, ficou restrito a apenas um setor do movimento de mulheres. Alegando a prioridade de combater o autoritarismo e as desigualdades existentes na sociedade brasileira, algumas tendências relegavam a um plano secundário a problemática feminista, não dando conta daquilo que Costa (1988) chamou de natureza híbrida das manifestações de rebeldia das mulheres brasileiras.

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 70. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou impactar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Neste grupos ressoava a idéia de que o “pessoal é político”.

## **O movimento consolidado: os anos 80**

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 80, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. As exiladas traziam em sua bagagem não apenas a elaboração (alguma, pelo menos) de sua experiência política anterior, com também a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa. Além disso, a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política. O saldo do exílio, de

umas, e a experiência de ter ficado no país nos anos 70, de outras, que construíram o feminismo local, fez deste encontro de aliadas um novo panorama.

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Ao mesmo tempo em que se alastrava pelo país a consciência da opressão específica da mulher, os grupos feministas atomizavam-se. Como observou Moraes (1985), esvaziam-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganha força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Os grupos buscam impactar políticas públicas em áreas específicas, como a saúde e o trabalho, utilizando-se dos canais institucionais. Dentro da tendência à especialização, desenvolve-se também a pesquisa acadêmica sobre mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. No plano governamental, criam conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher é tratada institucionalmente em delegacias próprias e, finalmente, no fim da década de 80, como saldo de todo este processo, está a significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extingue a tutela masculina na sociedade conjugal.

## **O feminismo nos anos 90: que história contar?**

Na prática feminista brasileira ainda nos anos 70, mesmo nos grupos que se autodenominavam feministas, atribuiu-se ao contexto de autoritarismo o principal impedimento para a emergência de questões de gênero, que rompiam com a unidade pretendida pela política de alianças. No entanto, com os olhos de hoje, pode-se ver que a urgência da resistência aos constrangimentos e à violência a que foi submetida a sociedade brasileira pela ditadura militar, que implicou numa intensa atuação política de oposição, borrou questões intrínsecas ao feminismo como luta emancipatória que não dizem respeito à conjuntura específica em que se manifesta este movimento.



A conjuntura política apenas agravou, de forma marcante, o que constitui um impasse estrutural do feminismo, dado pela articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca a todo questionamento feminista. As questões feministas ficaram imersas na idéia da possibilidade desta articulação entre a dimensão pública e a privada deste movimento. O tempo demonstrou que os impasses e as implicações da formulação feminista, como criação de uma nova subjetividade feminina e masculina, não se resolviam tão facilmente.

A unidade do movimento feminista, necessária no contexto de autoritarismo, borrou diferenças em vários aspectos. Negou a natureza híbrida de um movimento fundado na identidade feminina, recortada por outras clivagens sociais e referências culturais muito distintas, questão que já foi amplamente comentada na literatura que enfatiza os conflitos e nas contradições internas ao movimento (Álvarez, 1990, Costa, 1988, Moraes, 1996, Sarti, 1989, etc.). Negou ainda a ambigüidade feminina em face da opressão de que é objeto, como mostrou o trabalho de Pontes (1986) [e o de Gregori e Heilborn (1996)] sobre a questão da violência contra a mulher. Negou, sobretudo, que o feminismo é uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, universitárias, quando não “intelectualizadas”, “viajadas”, com alguma experiência cosmopolita, portanto. Pressupõe, assim, recursos de ordem simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais.<sup>9</sup>

O que foi atribuído às limitações do período de autoritarismo, ou seja, o impedimento da emergência da questão da subjetividade em face da preeminência da luta política, reflete uma ambigüidade estrutural do feminismo. Não se trata aqui de argumentar que isto se deve ao fato de que o substrato deste movimento - a condição feminina - se constitui como um sujeito social plural. Sabe-se que as questões que tangem mais diretamente o feminismo, como a relação com o homem, o casamento como meio de vida, o significado e a vivência da maternidade são experiências com forte marcas culturais e de classe. Sabe-se também que as oportunidades não são as mesmas para todas as mulheres, que as perspectivas são distintas e também as possibilidades de identificação com as bandeiras feministas, ainda que o feminismo seja reconhecido como um movimento que traz genericamente benefícios à condição social da mulher.

A pluralidade das mulheres não impede a existência do feminismo como movimento político. Ao contrário, articula-o às lutas políticas mais gerais, dando-lhe

---

<sup>9</sup> Franchetto et al. (1980) falaram apropriadamente da afinidade do feminismo com o individualismo, seu pressuposto ideológico.

sentido histórico. O problema não está na pluralidade da condição feminina, mas na impossibilidade do feminismo ser formulado exclusivamente em termos políticos, por se colocar no plano da subjetividade. Buscou-se resolver essa ambivalência, com a fórmula do “pessoal é político”.

Dizer que o pessoal é político, no âmbito do movimento social, foi fundamental para criar a possibilidade de construção de uma nova “intimidade”, como formulou Giddens (1993), processo eminentemente histórico e social. A insistência na dimensão coletiva identitária deste processo implica, no entanto, sua negação como afirmação de uma singularidade. O monismo implícito na adesão à militância política implica a denegação da singularidade que o feminismo busca.

A objetivação da experiência subjetiva dá-se coletivamente e, assim, esta experiência passa a ter existência e significado social. Este é o sentido radical do movimento feminista como manifestação coletiva das mulheres, formulado como politização do mundo privado. Entretanto, explicitada como questão social, numa dada época histórica, a experiência subjetiva na qual se ressignifica o lugar do homem e da mulher, tal como o feminismo a formula, implica a afirmação de uma singularidade, intraduzível no plano da militância política.

Assim, o feminismo no Brasil, que se inicia sob a ditadura, como crítica radical a esta situação extrema, desde seu início, põe em pauta a contradição entre a militância política e a singularidade. Buscou-se resolver esta contradição traduzindo o pessoal nos termos da linguagem militante, pela inclusão do mundo privado na política, o que permitiu dar sentido social ao “mal-estar” das relações de gênero exacerbado no mundo privado.

O próprio aprofundamento da reflexão sobre o feminismo e as práticas cotidianas de homens e mulheres vieram, no entanto, demonstrar a impossibilidade da tradução desta singularidade - como experiências feminina e masculina - no plano político. Naquele momento de autoritarismo extremo, pelas exigências da luta política, o feminismo não pôde deixar de eludir o fato de que suas formulações não se reduzem à questão do poder, mas dizem respeito à elaboração da singularidade do lugar masculino e feminino, uma experiência subjetiva.

## Bibliografia

ALVAREZ, Sonia E., *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition to democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

CARVALHO, Luis Maklouf, *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo, Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira, *É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação - São Paulo, 1970. Cadernos de pesquisa (66): 63-9. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988.*

COSTA, Albertina de Oliveira, LIMA, Valentina da Rocha, MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciuncula (org.), *Memórias (das mulheres) do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier, *Mulheres - militância e memória*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, M. Laura V.C. e HEILBORN, M. Luiza, *Antropologia e feminismo. Perspectivas antropológicas da mulher (1): 11-47*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

GARCIA, Marco Aurélio, *O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. Cadernos Pagu (8/9): 319-42, 1997.*

GIDDENS, Anthony, *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, UNESP, 1993.

GOLDBERG, Anette, *Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1982a (12º Congresso Internacional da IPSA).

\_\_\_\_\_, *Espaces féminins et espaces féministes em Amérique Latine: quelques réflexions. Cahiers des Amériques Latines. Paris (26): 103-26, jui./déc. 1982b.*

MORAES, Maria Lygia Quartim de, *Mulheres em movimento*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

\_\_\_\_\_, *A experiência feminista dos anos 70*. São Paulo, *Textos UNESP*, 1990.

\_\_\_\_\_. Vinte anos de feminismo. Campinas, 1996. Tese de Livre-docência, Departamento de Sociologia, IFCH/UNICAMP.

GREGORI

HEILBORN, Maria Luiza, In: *Cidadania e violência*

PATARRA, Judith I., *Iara*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de, As relações de gênero entre pais e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. Caxambu, 1996 (Reunião Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho “Família e Sociedade”)

PONTES, Heloisa, Do palco aos bastidores: o SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas. Campinas, 1986, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP.

RIDENTI, Marcelo S., As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo social*. São Paulo, USP, 2 (2): 113-28, 2º sem.1990.

SARTI, Cynthia, The panorama of feminism in Brazil. *New Left Review* (173): 75-90, jan./fev. 1989.

SCHMINK, Marianne, Women in the Brazilian “abertura” politics. *Signs*, 7 (1): 115-33, 1981.